

RESENHA

Fazenda Bangu, o livro:

uma joia do oeste carioca

VINICIUS MIRANDA CARDOSO

Doutor em História Social (PPGHIS-UFRJ). Professor da SME-Rio. Vencedor do Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2018).

viniciusmirandacardoso@hotmail.com

Fazenda Bangu, o livro: uma joia do oeste carioca

Há alguns anos, o jornalista e escritor André Luís Mansur Baptista lançava, depois de algumas tentativas, o primeiro volume de *O Velho Oeste carioca* (MANSUR BAPTISTA, 2008). A obra – hoje, bastante conhecida – vinha cobrir uma lacuna com a qual seu autor se depa-rara, ao redigir para grandes jornais: a raridade de trabalhos detidos na história da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Sobre essas paragens, repetiam-se as mesmas informações havia décadas. Dentre os livros consagrados que dedicavam alguns parágrafos à antiga Zona Oeste – e eram poucos –, quase todos tratavam essa parte da história da cidade como um apêndice; um pé de página da grande história do Rio e de seu destino-manifesto. Isso vem mudando.

Com o tempo, o trabalho de Mansur se revelou um divisor de águas. Foram publicados mais dois volumes¹. Embora não seja um historiador profissional, André Mansur se estabeleceu como uma requisitada autoridade acerca da história da região. Seu pioneirismo chamou atenção para a Zona Oeste, despertando a curiosidade do público leitor e demonstrando a viabilidade desse campo de estudos para o mercado do livro. Este campo ainda tem muito a crescer, como todo o estudo dos subúrbios, de suas histórias e identidades. Porém, Mansur inspirou – e tem apoiado – pesquisadores independentes e estudantes a publicarem trabalhos sobre os antigos “sertões” da cidade, aprofundando-se nas histórias desses bairros, com suas instituições, personagens e casos. Assim, novos livros têm surgido ultimamente, nessa linhagem, por meio da auto-publicação – fora, portanto, do circuito das grandes editoras e livrarias, que ainda teimam em ignorar o potencial da região. Como exemplo dessa produção, dois livros recentes sobre os engenhos da Mata da Paciência², que tratam também dos arredores – Cosmos, Inhoaíba, Palmares – partindo do século XVIII (TOV & al, 2019; TOV, 2020).

A história e a memória desse “oeste distante” do Rio, longe embora dos holofotes e dos radares editoriais, foi sempre estudada, todavia. Décadas atrás, a Zona Oeste profunda já tinha seus próprios memorialistas, historiadores, museólogos e grupos de pesquisa: o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH) de Santa Cruz (desde 1983) e o Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos – Museu de Bangu (desde 1994) são talvez os mais célebres. Alguns

dos estudiosos das histórias da localidade nas últimas décadas foram Carlos Wenceslau, Martha Nogueira (Realengo), Walter e Odalice Priosti, Sinvaldo Nascimento (Santa Cruz), José Nazareth Fróes, Odaléa Gelabert, Moacyr Bastos (Campo Grande), Adinalzir Lamego, Isra Toledo Tov (Santa Cruz, Paciência, Inhoaíba), Murillo Guimarães, Manoel de Moura (“Seu Vivi”), Carlos Molinari (Bangu) e tantos outros. Todos produzindo, salvaguardando e ressignificando memórias desses bairros e de seus bens culturais. Alguns, infelizmente, já são falecidos.

Entre os veteranos está Benevenuto Rovere Neto, o Beto. Foi ele fundador do Museu de Bangu, também conhecido como Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos (uma homenagem ao banguense que escreveu o clássico *Meu pé de laranja lima*). Junto a Paulo Vitor Braga – Diretor de Pesquisas da instituição – “Seu Beto” é um dos autores do livro *Fazenda Bangu: a joia do sertão carioca*, lançado pelo Museu de Bangu, em suas dependências, em 2020, pouco antes da “quarentena” se iniciar (SILVA & NETO, 2020).

Os autores não são acadêmicos. Porém, existe vida fora da academia. Seu Beto já pesquisa a história de Bangu e adjacências há anos, sendo filho de um funcionário da Fábrica Bangu. Colaborou com inúmeras pesquisas, ajudou a editar livros, cuida do acervo do Museu e promove exposições, demonstrando-se um dos maiores conhecedores e incentivadores das histórias e memórias desse bairro. Paulo Vitor Braga, por sua vez, é um jovem que prestou serviços de informatização ao Arquivo Nacional e que, aos poucos, mergulhou nas pesquisas históricas sobre o bairro, despertando esta sua vocação. Está cursando a graduação em História. Suas investigações sobre Bangu, porém, vêm de longa data e demonstram certa maturidade.

Foram 9 anos de pesquisa, segundo os próprios autores, para que fosse possível lançar, em cerca de 300 páginas e 23 capítulos, uma parte (apenas) do que foi levantado sobre a antiga Fazenda Bangu. Esta fazenda foi uma das diversas propriedades da região nos séculos passados. Correspondia a uma fração, somente, do bairro atual. Foi uma das primeiras por ali, quando ainda era chamada de Engenho de N. Sra. do Desterro – onde foi fundada uma capela desta invocação, nas terras de Manoel de Barcellos Domingues. Entre o final do século XVII e o final do século XIX, a propriedade foi transmitida por compra ou por herança, passando por famílias di-

ferentes – primeiro, ligadas à “nobreza da terra” ou à pequena nobreza reinol; depois, pela nobreza do Império, tendo pertencido aos barões da Piraquara e de Itacurussá – até ser comprada pela Companhia Progresso Industrial do Brasil, em 1889, para estabelecimento de sua fábrica de tecidos, que veio a ser conhecida como Fábrica Bangu. Poucos anos depois disso, em 1914, a casa de vivenda e algumas de suas instalações remanescentes foram demolidas, como era comum nos tempos anteriores aos tombamentos e à proteção governamental do patrimônio material. Caso diferente foi o de uma fazenda vizinha, a do “Viegas”: sua casa-grande, com a capela senhorial anexa (N. Sra. da Lapa), foi tombada em 1938, a despeito dos protestos dos últimos proprietários, mantendo-se de pé ainda hoje – muito embora esteja em péssimas condições³.

Fazenda Bangu, o livro, é uma contribuição formidável. Não só para a Zona Oeste: o volume tem algo a dizer sobre a história da cidade e – pode-se até dizer – do país e do continente. O trabalho é bem escrito e bastante cauteloso no cruzamento e interpretação dos documentos. Algumas das fontes primárias são de difícil acesso e leitura – foram contratados especialistas em paleografia para decifração de certos manuscritos. O trabalho também se valeu de muitos acervos digitalizados, como a Hermeroteca da Biblioteca Nacional; os assentos paroquiais disponíveis na plataforma *Family Search*; os manuscritos do ‘Projeto Resgate - Barão do Rio Branco’, que disponibiliza *online* documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa; e acervos fotográficos e cartográficos de algumas instituições.

Claro está: não é um trabalho de tese ou dissertação. Não há um quadro teórico e conceitual, nem exposição de problemas e hipóteses correlatas. Mas existe uma questão de fundo e uma metodologia explicitada no correr das páginas. Com o devido ceticismo e dialética, os autores confrontam e interpretam documentos – cartoriais, correspondência, assentos paroquiais, iconografia, notícias de periódicos etc. A abordagem é qualitativa: não há preocupações seriais ou quantitativas, com tabelas, números ou gráficos. Os parágrafos conversam com o leitor buscando não apenas demonstrar certezas, mas também as indagações, dúvidas e possíveis soluções. Nesse sentido, sem o saber, os autores seguem o método do “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg – sem que o livro se torne um estudo de micro-história ou uma tese.

Ao contrário de alguns trabalhos de fora da academia, os autores usam notas de rodapé; fazem referência a todas as fontes citadas ou implícitas no texto; arrolam os arquivos consultados – inclusive de fora do Brasil –, dando todos os detalhes necessários para que outros pesquisadores se debrucem sobre o tema e o desdobrem, e que avaliem o livro criticamente. Assim, ora avançam, ora confrontam os conhecimentos trazidos pelos livros anteriores sobre a localidade – nem sempre claros na abordagem e explicitação de suas fontes, além de apresentarem algumas conclusões apressadas e confusões.

A linguagem é direta, sem o hermetismo teórico-conceitual que caracteriza parte da produção universitária. Por vezes, o texto assume um tom laudatório, já que busca valorizar o bairro e se dirige, primeiramente, a leitores que morem nele ou por ele tenham interesse. Busca demonstrar a importância da fazenda, classificada como “uma joia” do Rio antigo, a partir de seus possuidores e de suas relações; sem, contudo, aprofundar-se nas biografias deles ou nas suas interações sociais. O livro dialoga primariamente com os memorialistas da região – e não com historiografia acadêmica pertinente à periodização. É um trabalho mais descritivo e jornalístico, sob certo ponto de vista. Um ensaio. Porém, não se pode dizer que seja raso, nem apenas um compilado de curiosidades. Longe disso. Devido à pesquisa intensiva, traz informações apuradas e elementos novos para os historiadores de carreira e para memorialistas, jornalistas, geógrafos, estudantes e interessados em geral.

Entre os pontos altos, temos a comprovação da localização da sede da fazenda, bem como da capela que veio a ser matriz da freguesia (c.1673), derrubando antigas suposições. A comprovação veio a partir do cruzamento de informações e da análise minuciosa de manuscritos, notícias de jornais e fotografias, sendo possível, agora, ter o endereço exato da antiga sede e algumas fotos (do pouco que restou) das ruínas do jardim externo. Também se chegou à confirmação de que a matriz de N. Sra. do Desterro “do Campo Grande” funcionou em Bangu até o início do século XIX, mesmo a duras penas. Os estudiosos acreditavam que essa “antiga capela de Barcelos Domingues”, que se supunha de pau-a-pique, tinha ruído ou sido abandonada; ou transferida, em meados do século XVIII, para o lugar que ficou conhecido como *Santíssimo* – hoje, um dos bairros vizinhos. O livro contesta essa informação. A igreja, que era paroquial,

embora tenha ficado em péssimo estado no decorrer do Setecentos, era de pedra e cal, com torre sineira, altares laterais, sacristia e media cerca de 24x13m. No início do século XX, havia sido derrubada ou, mais provável, adaptada para moradia, na atual Rua Bangu – antigo “Caminho da Fazenda”. Também é indicada pelos autores a possibilidade de que o nome do bairro Santíssimo tenha advindo tão somente de uma casa pertencente à irmandade do Santíssimo Sacramento dessa matriz de N. Sra. do Desterro. Esta, por sua vez, teria continuado a funcionar “no meio do campo” do mesmo engenho de antes. Pelo menos até 1808, quando a matriz se transferiu para a região da Caroba (atual centro de Campo Grande).

Outro particular que merece destaque é a discussão sobre a origem do topônimo Bangu, detectando seu aparecimento nos documentos e levantando hipóteses sobre seu significado. Antigas versões apontam uma possível origem tupi. Dentre as várias possibilidades aventadas, dizia Julio Romão da Silva (SILVA, 1966, p.62) que o nome viria de *bang-ú* (“anteparo escuro”, que seria menção às montanhas do maciço da Pedra Branca). Ou de (*m*)*ba* (“o que”) *ngu* (“beber água”) – possível referência aos rios que descem da serra. Há quem tenha preferido apontar o nome como corruptela de “banguê”, uma padiola usada para carregar feixes de cana e que nomeia também um certo tipo de engenho. Embora não seja citado no livro, tem-se ainda (ou se tinha, há alguns anos) uma linha folclórica que explica *Bangu* como corruptela de “bom angu”, ligando-o até mesmo a Maria Angu, uma “preta velha” que deu nome a um porto na região de Ramos, como indica o mesmo Julio Romão. A propósito, essa explicação é semelhante àquelas que apontam Ilha de Guaratiba como derivada de “Sr. William de Guaratiba”; Vila Valqueire como “Vila do 5º alqueire” ou Realengo como “Real Engenho” – todas estas criações espontâneas da memória coletiva e potencializadas pela oralidade; mas sem fundamentação histórica e documental.

Tornando ao *Fazenda Bangu*, seus autores percorrem registros de batismo da freguesia para detectar, antes da metade do século XVIII, as primeiras ocasiões em que aparecem as expressões “lugar do vangú”, como também “bangú” – acrescentando-se que, considerando-se os estudos paleográficos, ‘v’, ‘b’ e ‘u’ eram intercambiáveis, àquele tempo, tendo valor praticamente idêntico (BERWANGER & LEAL, 2015, p.96) 4. O uso mais antigo do nome ocorre num assento

batismal de 1729. Antes disso, a fazenda era chamada de Engenho da Serra ou Engenho de Nossa Senhora do Desterro.

Os autores levantam ainda outra hipótese de origem africana para a palavra *Bangu*, destacando que havia benguelas (também grafados banguelas) batizados na freguesia, cuja matriz ficava nas terras do engenho. Nei Lopes também defendeu uma hipótese africana, no seu *Dicionário da Hinterlândia Carioca* (LOPES, 2012, pp.39-40). Porém, referiu-se a uma árvore⁵, que seria comum na África Ocidental e que podia ter existido nas terras do bairro, quando da consagração do nome.

Um verdadeiro achado, talvez o auge da pesquisa e ponto mais retumbante do livro, vêm a ser os diários de Julia Keyes e Lucy Judkins. Foram elas moças de famílias sulistas dos Estados Unidos. Moraram na Fazenda Bangu no período imediatamente posterior à Guerra Civil Americana (1861-1865). Foram encontrados, inclusive, retratos fotográficos delas. Identificando uma pista nos registros de transmissão da propriedade em escritura cartorial, os pesquisadores seguiram os rastros até o Alabama, buscando certos nomes de norte-americanos em jornais e arquivos. Encontraram então proprietários da fazenda até então desconhecidos. Eles precederam o Barão de Itacurussá, o último dono. Esses nomes levaram-nos a encontrar dois diários. Tais registros descrevem a fazenda, o exterior imediato – fontes, portões, a pitoresca “avenida dos bambus” – e o interior da casa-grande e da capela anexa, dedicada a N. Sra. da Conceição. Apresentam também desenhos informais das plantas-baixas da edificação por volta de 1870 – tudo consta dos diários e cartas da menina Lucy Judkins. Trazem ainda alguns acontecimentos de interesse tanto para o estudo do lugar quanto para voos mais altos e longos, no estudo do Oitocentos, ligando as histórias das Américas no período da “Segunda Escravidão”. Comprovando a presença destes proprietários, perturbados por seus dilemas escravocratas, o livro vai além ao oferecer passagens saborosas e desenhos artísticos encomendados para ilustrá-las. Os autores determinaram ainda, de modo confiável, a sucessão de donos da fazenda até a compra pela Fábrica Bangu. Cobriram assim lacunas e corrigiram enganos – como um tal “João Freire Thomás”, que nunca existiu e foi apenas o fruto de uma leitura paleográfica equivocada de “João Freire Alemão”.

Por último, mas não menos importante: encontrando certas notícias em periódicos oitocentistas, foram confirmados velhos relatos sobre a hospedagem de D. Pedro II na propriedade, a caminho de Santa Cruz. Este é um aspecto central da memória oral coletiva em toda a região que foi cortada, há tempos, pela antiga Estrada Real e Imperial. Não resta dúvidas de que Pedro II se hospedou, mais de uma vez, na Fazenda Bangu – como também em outras dos antigos “sertões cariocas” – e que teve relações diretas com proprietários. Isso poderá, quem sabe, lançar luzes novas sobre aspectos da biografia do segundo imperador. Quanto a D. João e Pedro I, memoria-listas anteriores chegam a dar certeza da hospedagem deles na Bangu. Os autores, porém, ainda não descobriram fontes primárias que o corroborem com segurança.

Fazenda Bangu é um trabalho que alcança aquilo a que se propõe, com sobras: noticiar criteriosamente a existência pregressa do bairro antes da Fábrica Bangu – “o que havia antes”, como anuncia a apresentação do livro. Fala especialmente aos atuais moradores, sem deixar de se mostrar agradável a qualquer tipo de pesquisador, professor ou leitor, de qualquer lugar. Sua utilidade para o ensino de História ou Geografia na cidade é mais do que óbvia, podendo se encaixar perfeitamente nas prateleiras de qualquer sala de leitura escolar. Pode-se mesmo dizer que a obra se desenha incontornável para quem se debruça sobre um campo em ascensão: as histórias, as memórias e as geografias da Zona Oeste e dos “subúrbios” da cidade.

Mesmo não sendo um trabalho estritamente acadêmico, pode ser útil também a historiadores que incursionem pela história da açúcarocracia colonial e das elites locais na monarquia “pluricontinental” portuguesa; bem como da nobreza da corte imperial brasileira; e das tensões dos Estados Unidos no séc. XIX. No caso dos temas “coloniais”, o trabalho se beneficiaria muito, numa eventual segunda edição, das reflexões, dados e conceitos abordados por João Frago-so, Antônio Carlos Jucá, Roberto Guedes e outros pesquisadores ligados ao Laboratório *Antigo Regime nos Trópicos* (UFRJ). Também seria profícuo incorporar aspectos e resultados das discussões sobre elites, poderes locais, nobrezas e política no antigo “império português” que movimentaram as universidades portuguesas e brasileiras há alguns anos (especialmente entre 2001 e 2015).

O livro analisa uma longa duração de tempo: aproximadamente, de 1673 a 1914. No entanto, não se submete a anacronismos evidentes, nem se revela frágil naquilo que promete – embora mereça alguns aprofundamentos, que devem fomentar novas pesquisas. Ao mesmo tempo, lança mão de ampla gama de fontes primárias e secundárias, interpretadas e sintetizadas no corpo de um ensaio de leitura acessível e prazerosa, sem perda de rigor na “crítica dos testemunhos” de que falava Marc Bloch: aquilo que é a essência do ofício do historiador.

É fartamente ilustrado com fotografias – algumas delas, originalmente em preto e branco, foram colorizadas por profissional contratado. Há fotos de alguns dos personagens oitocentistas, como também reproduções de fragmentos ou trechos de documentos ou mapas digitalizados. Destacam-se pela beleza e pertinência as ilustrações coloridas baseadas em passagens do diário de Lucy Judkins. Poeticamente, dão contornos e vultos a trechos realmente interessantes de seus relatos. O esforço de trazer profissionais para representar o que se lê nos diários por meio de desenhos, sobretudo o aspecto da fazenda e de seu entorno, é louvável. É o caso também da conjectura da fachada da igreja matriz – este desenho, em especial, é contribuição do próprio Benevenuto Rovere. O uso criativo dessa ferramenta, que não é comum em trabalhos da historiografia acadêmica, é um ponto positivo para a assimilação do texto e enriquecimento da narrativa para um público mais amplo. Embora nem sempre os detalhes de fotografias e documentos sejam facilmente perceptíveis na impressão da página, o projeto gráfico é competente e bonito, a começar pela capa. A edição foi feita de modo independente pelos esforços do Museu de Bangu, merecendo todo o apoio e novas tiragens.

Do Arquivo Geral da Cidade, apenas fotos digitalizadas do bairro de Santíssimo, disponíveis no site, foram utilizadas. Para revisão e ampliação do estudo, seria interessante investigar os códices relativos às sesmarias, guardados pela instituição. Quem sabe, outros manuscritos ou o acervo de iconografia possam trazer surpresas.

Trata-se, em suma, de uma narrativa geral, diacrônica, centrada no aspecto fundiário e administrativo da fazenda, seguindo o fio e os rastros das sucessões de proprietários e da localização da sede, da igreja matriz e de benfeitorias da terra – algumas delas ainda por

localizar, a exemplo das moendas. O livro não aborda aspectos econômicos ligados ao circuito mercantil, aos gêneros do plantio ou às operações de crédito; nem as relações sociais, macro e micro-políticas dentro e (para) fora da propriedade, envolvendo outros senhores ou mesmo forros e cativos. As relações escravistas e os compadrios, por exemplo, bastante estudadas em teses e dissertações nas últimas décadas, não são objeto de análise.

A fazenda é vista mais pelo ponto de vista da casa-grande que da senzala. Isso não foi intencional, nem sugere desprezo pelos subalternos. A análise seguiu as pistas da documentação encontrada, mais fartamente produzida pelas camadas e instituições dominantes. Assim, precisou se restringir aos limites dados por essas fontes. Porém, deve ser notado que a presença e a vivacidade dos escravizados, que é menos perceptível na proposta geral do livro, ganha destaque inesperado em certos momentos. É o caso dos relatos de Lucy Judkins, que trazem informações sobre a escravaria e, muito especialmente, sobre os afetos e colóquios da menina com a escrava Cesária, que lhe levava à capela-oratório da casa-grande. De modo singelo, também funciona a homenagem feita pelos autores, ao final da narrativa, citando nominalmente 37 pessoas escravizadas encontradas na documentação levantada: todas elas à espera de quem se aventure a investigar suas trajetórias. Assim também o esperam outras fazendas e engenhos de outrora, como Retiro, Viegas, Gericinó, Mendanha, Joari, Piraquara, Capoeiras, Cabuçu, Lameirão e outras muitas de todas as freguesias que circundavam o Rio.

A história da Fazenda Bangu é também a história do bairro homônimo e de toda a região entre Realengo e Campo Grande, antes do séc.XX. Foi contada de forma apaixonada e primorosa. Não será possível falar do passado de Bangu sem recorrer a este livro. Porém, dentro dele, há também páginas de história do Rio de Janeiro, do Brasil e das Américas. Que não se subestime este trabalho. É Memória e é História – inspirada de pertinho pelas normas da academia. E não deixa de ser uma preciosa joia carioca, ouro da terra, do oeste distante.

NOTAS

¹ Os volumes 2 (2011) e 3 (2016) foram publicados pela mesma editora.

² Escritos pelos pesquisadores ligados à Camempa – Casa da Memória Paciente (referente ao bairro da Paciência). Um terceiro volume está indo ao prelo.

³ A Fazenda Viegas, no bairro de Senador Camará, região de Bangu, veio a se tornar um parque municipal nos anos 1990, tendo sua sede sido restaurada (já abrigou, inclusive, a Sub-Prefeitura local). Um novo processo de tombamento foi aberto por volta de 1996 para incluir outras áreas além da casa-grande e capela. Porém, por diversos motivos, essa segunda etapa ainda não foi concluída. Nos últimos anos, a edificação e as suas benfeitorias vêm sendo alvo de vandalismo, como já notificado na imprensa e ao IPHAN.

⁴ Eram elas algumas das ‘letras ramistas’, intercambiáveis – inclusive, num mesmo documento de um único ‘scriptor’.

⁵ Segundo Nei Lopes, bangu seria o nome africano de uma árvore “de casca amarga e adstringente, a qual talvez existisse na localidade”.

São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp.143-180.

LOPES, Nei. Bangu. IN: **Dicionário da hinterlândia carioca**: antigos “subúrbio” e “zona rural”. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, pp.39-40.

MANSUR BAPTISTA, André Luiz. **O Velho Oeste carioca**: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

SILVA, Julio Romão da. Bangu. IN: **Denominações indígenas na toponímia carioca**. Rio de Janeiro: Livr. Ed. Brasileira, 1966, p.62.

TOV, Isra Toledo; LAMEGO, Adinalzir & Guaraci Rosa. **Os dois engenhos de Paciência**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

TOV, Isra Toledo. **Casos matenses**. Colab. Guaraci Rosa. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

BIBLIOGRAFIA

SILVA, Paulo Vitor Braga da & NETO, Benevenuto Rovere. **Fazenda Bangu**: a joia do sertão carioca. Rio de Janeiro: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.

BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.

BLOCH, Marc. A crítica. IN: **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp.89-124.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história.